

ESTATÍSTICAS DE EMPREGO: COMENTÁRIO SOBRE A AMOSTRA UTILIZADA PELA PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

*Fábio de Azevedo Gonçalves**

Introdução

Além dos indicadores de produto, preços e oferta monetária, o índice ou taxa mensal de desemprego é considerado como um dos indicadores mais importantes para se avaliar a conjuntura econômica. A ênfase colocada nesse indicador explica-se não apenas pelo seu conteúdo econômico — ao revelar como evolui a ocupação da força de trabalho — como também pelos aspectos sociais relacionados à questão do desemprego.

Através desse índice, por ser teórica e empiricamente visível sua relação com o índice de produção, é possível fazer o acompanhamento dos ciclos econômicos, uma vez que ele permite medir o conjunto de pessoas que não está trabalhando e procura trabalho, tomado como uma percentagem da População Economicamente Ativa. Baseado em pesquisa nos domicílios das famílias, o índice de desemprego refere-se ao trabalho no sentido lato do termo, isto é, não só à condição do empregado assalariado — registrado ou não — como também à atividade desempenhada pelo autônomo, empresário, profissional liberal ou qualquer outra ocupação geradora de renda. Nesse sentido, esse indicador abarca um número bastante grande de casos (ou situações) que escapam a uma pesquisa voltada apenas à investigação dos trabalhadores assalariados, atrelados às empresas do chamado “setor formal” da economia. Por tudo isso, é importante que esse indicador se revista de grande fidedignidade e reflita a realidade na qual se baseia com a maior acuidade possível.

No Brasil, o cálculo de taxas mensais de desemprego é relativamente recente, tendo iniciado em 1980. Os índices são calculados pelo IBGE, através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para as seis mais importantes regiões metropolitanas do País — Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.¹

* Sociólogo da FEE.

¹ Segundo os dados de 1º de setembro de 1980, a PME, para cobrir as seis regiões metropolitanas pesquisadas, abarca 96 municípios, 30.501.614 habitantes, que são distribuídos em 8.126.004 domicílios, os quais se dividem em 30.483 setores, sendo que destes são selecionados, isto é, visitados mensalmente, 2.091 que, por sua vez, abrangem 39.360 unidades domiciliares.

O objetivo principal da PME é permitir a análise conjuntural da situação de emprego e desemprego nas regiões pesquisadas através do fornecimento, em tempo curto, desses respectivos indicadores, calculados a partir do levantamento de certas características da População Economicamente Ativa na faixa etária de 15 anos ou mais de idade. Dessa forma, o acompanhamento desses indicadores propicia a avaliação das flutuações e a tendência, a médio e longo prazos, do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa.

Independentemente das críticas que usualmente são feitas aos procedimentos metodológicos e aos próprios conceitos adotados pela PME (período de referência muito curto, definição muito restrita de população desempregada, etc.), que se relacionam diretamente à baixa magnitude apresentada pelas taxas de desemprego aberto, existem também restrições a esta pesquisa no que se refere especificamente ao próprio plano amostral por ela utilizado. Essas restrições se tornaram ainda maiores a partir das modificações impostas ao desenho da amostra em meados de 1982.² Na verdade, tais alterações amostrais são “detalhes técnicos” importantes, uma vez que, teoricamente, modificam os resultados da pesquisa, e cuja percepção depende de um exame cuidadoso e detalhado.

É sobre essas alterações técnicas sofridas pela amostra da PME que se pretende levantar algumas questões e dúvidas, pois, juntamente com as modificações metodológicas introduzidas em outros quesitos da pesquisa, contribuiram no sentido de modificar seus resultados (Metodologia da pesquisa mensal de emprego 1980; 1983).

1 — O Plano Amostral da PME

As informações contidas na PME são levantadas através da investigação de uma amostra probabilística de unidades domiciliares (particulares e coletivas), baseada no desenho da amostra adotado pela Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), referente ao período de 1976 a 1979.

Todos os municípios que compõem as seis regiões metropolitanas pesquisadas figuram na PME. A partir da determinação desse universo de pesquisa, o desenho da amostra é obtido através do delineamento de dois estágios de seleção — setores censitários e domicílios. A seleção no primeiro estágio — setores censitários — é realizada sistematicamente e com probabilidade proporcional a uma medida de tamanho que é dada pelo número de unidades domiciliares selecionadas por setor. Isto é, a medida de tamanho é dada teoricamente pelo número necessário de domicílios de modo a se obter uma certa representatividade estatística. Após a seleção dos setores da amostra, tem início o arrolamento dos domicílios ali existentes, a partir do

² Essas alterações amostrais fazem parte de um conjunto de mudanças introduzidas na PME e implantadas pelo IBGE no período fevereiro-maio de 1982.

qual é feita uma seleção aleatória que irá definir os domicílios que comporão a amostra propriamente dita. Assim, por exemplo, em 1º de setembro de 1980, a Região Metropolitana de Porto Alegre era composta de uma população residencial de 2.232.370 habitantes, os quais se encontravam distribuídos em 647.067 domicílios, divididos em 2.932 setores. Deste total de setores foram selecionados 357 para serem investigados mensalmente, sendo 6.489 o número total de domicílios amostrados pertencentes a esses setores. Dado, portanto, que a determinação do tamanho dos setores censitários depende do número de domicílios da cidade investigada, é compreensível que, ao contrário de Porto Alegre, o Município de Estância Velha, por sua vez, apresente somente dois setores relacionados. Isso porque sua população residencial, na época, era de 14.260, distribuída em 3.827 domicílios, divididos em apenas 16 setores.

Note-se, aqui, que enquanto a realização do primeiro estágio teve por base o Censo de 1970, a seleção dos domicílios baseou-se em uma operação denominada **listagem**, realizada em 1978, que consistia em separar as estruturas residenciais (objeto de investigação da PME) e não residenciais, em cada setor selecionado para a amostra, com o objetivo de montar um cadastro básico a ser utilizado no segundo estágio de pesquisa, ou seja, a seleção das unidades domiciliares. Sabendo-se que a PME passou a vigorar a partir de 1980, alerta-se para a defasagem da amostra que a pesquisa utilizou no período de janeiro de 1980 a janeiro de 1982, uma vez que se baseou em dados censitários de 1970 e no cadastro da PNAD montado em 1978, que vem a resultar na subestimação das suas informações, afetando a comparabilidade desses dados com os obtidos posteriormente.

Esse desenho da amostra vigorou até janeiro de 1982. Com os resultados do Censo Demográfico de 1980, verifica-se uma mudança nas frações de amostragem para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo mantidas as frações referenciais às demais regiões metropolitanas pesquisadas, tal como mostra o quadro abaixo.

Quadro I

ESPECIFICAÇÃO	JAN/80 A JAN/82			A PARTIR DE JAN/82		
	Fração de Amostragem	Número de Setores Selecionados	Número Esperado de Domicílios na Amostra	Fração de Amostragem	Número de Setores Selecionados	Número Esperado de Domicílios na Amostra
TOTAL		1 569	42 354		2 091	39 360
Rio de Janeiro	1/200	480	12 023	1/300	451	8 506
São Paulo	1/300	357	10 010	1/400	444	8 231
Porto Alegre	1/100	212	5 437	1/100	357	6 489
Belo Horizonte	1/100	185	5 925	1/100	331	6 368
Recife	1/100	203	4 999	1/100	286	5 497
Salvador	1/100	132	3 960	1/100	222	4 269

2 — Modificações na Amostra

Para a implantação do novo desenho da amostra da PME, o IBGE optou pela reformulação gradativa. Em fevereiro de 1982, foi substituído 1/4 da amostra; em março, 1/2 e em abril, 3/4. Dessa forma, em maio, estava implantado integralmente o novo desenho. Essas mudanças nas frações de amostra nos meses de fevereiro, março e abril das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo basearam-se na utilização de artifícios de cálculo para a ampliação da amostra. Para expandir a amostra nos meses de fevereiro, março e abril para o Rio de Janeiro e São Paulo, utilizou-se o artifício de expandir o total de cada semana³ pelo inverso da fração de amostragem, considerando-se as respectivas probabilidades de seleção calculadas, tomando por base os Censos de 1970 e 1980.

Em outras palavras, nos meses de fevereiro a abril, durante os quais foram utilizados os dois questionários, foram também utilizadas duas frações de amostragem referentes aos Censos de 1970 e 1980 para a expansão dos dados. À medida que iam sendo substituídos os painéis, a PME passava a se basear no questionário novo e na nova fração de amostragem. A utilização desses artifícios de cálculo faz com que o uso dos dados coletados nos meses de fevereiro a abril de 1982, que correspondem à implantação do novo desenho amostral, seja feito com a devida cautela.

No entanto, segundo os argumentos expostos na *Metodologia da PME* (1983, p.54), as alterações feitas na fração de amostragem tiveram por base um estudo sobre os coeficientes de variação das estimativas das variáveis levantadas pelas pesquisas. Esse estudo conclui que “os coeficientes de variação encontrados são razoavelmente baixos, tendo como conseqüência a possibilidade de diminuir a fração global de amostragem em algumas regiões, sem que isso comprometa os resultados da pesquisa” (*Metodologia da pesquisa mensal de emprego 1980, 1983*; p.54). Nesse caso, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram suas frações de amostragem alteradas de 1/200 e 1/300 para 1/300 e 1/400 respectivamente. As demais regiões metropolitanas permaneceram com os mesmos critérios adotados em 1980, ou seja, 1/100.⁴

Analisando o Quadro II, verifica-se, porém, que os coeficientes de variação para as variáveis **população ativa**, **população ocupada** e **população empregada** apresentam uma magnitude semelhante em quatro regiões metropolitanas, quais sejam, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife. Também relativamente ao item **pessoas procurando trabalho**, encontram-se valores relativamente próximos para o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife. Em função disso, não se explica o fato de as alterações nas frações de amostragem terem ficado restritas somente às Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.

³ Este total é resultante de um “instantâneo” da pesquisa, isto é, a pesquisa toda foi realizada em uma semana. A partir dos resultados encontrados no “total de cada semana”, é desenvolvido o artifício acima.

⁴ Isto significa que, no caso da Região Metropolitana de Porto Alegre, para uma população de 2.232.370 a proporção de indivíduos entrevistados será de um para cada 22.323 habitantes.

Quadro II

Coeficientes de variação das estimativas das pessoas de 10 anos
ou mais por condição de atividade, segundo as
regiões metropolitanas — agosto/1981

REGIÕES METROPOLITANAS	ECONOMI- CAMENTE ATIVAS	OCUPADAS	EMPREGADAS	PROCURANDO TRABALHO
Rio de Janeiro	2,54	2,48	2,48	3,98
São Paulo	2,71	2,61	2,71	4,75
Belo Horizonte	5,02	4,95	4,97	6,36
Porto Alegre	2,70	2,64	2,88	5,74
Recife	2,79	2,74	2,96	5,08
Salvador	3,85	3,71	3,83	6,93

Outro ponto nebuloso nas modificações metodológicas da PME refere-se ao número de setores selecionados na Região Metropolitana de São Paulo frente às demais. Para as regiões metropolitanas (excluindo São Paulo e Rio de Janeiro), observa-se que quando houve um aumento no número de setores também elevou-se o número de domicílios esperados na amostra (Quadro I). No caso de São Paulo, constata-se que, a partir de janeiro de 1982, para um aumento de setores selecionados (de 357 para 444), há uma diminuição no número de domicílios esperados na amostra, que de 10.010 passou a 8.231 domicílios amostrados. No que diz respeito à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, constata-se não só uma diminuição no número de setores selecionados (de 480 para 451) como também um declínio no número de domicílios esperados na amostra, que passou de 12.023 para 8.506. A origem desse ponto nebuloso pode estar ligada a um sincretismo metodológico encontrado com certa facilidade nas páginas da **Metodologia da PME**. Segundo esta publicação, a adoção das novas frações de amostragem visava a manter uma uniformidade entre o desenho adotado para a PME e o adotado para a PNAD realizada em 1981 (Metodologia da pesquisa mensal de emprego 1980, 1983; p.54). No entanto, para selecionar as novas amostras que compuseram os painéis da PME, tomou-se por base a “nova malha setorial elaborada para a realização do Censo Demográfico de 1980” (Metodologia da pesquisa mensal de emprego 1980, 1983; p.55).

A essa altura, acredita-se ter ficado patente que esta forçada fusão entre os Censos de 1970 e 1980, por um lado, e a PNAD de 1978 e de 1981, por outro, fatalmente acabaria por gerar um produto defasado que, para uma pesquisa divulgada mensalmente, soa como um “pecado original”. Ou seja, a tentativa de corrigir a

subestimação da pesquisa⁵ no decorrer do período que vai do seu nascimento (janeiro de 1980) a sua esperada maturidade (janeiro de 1982) não se tratava apenas de atualização. Talvez uma revisão metodológica que implicasse a obtenção de critérios específicos a uma pesquisa mensal sobre o mercado de trabalho levasse a PME a se tornar mais rigorosa no alcance de seu objetivo principal, qual seja, o de “avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa” (Metodologia da pesquisa mensal de emprego 1980, 1983; p.7).

Essa questão poderia ser esclarecida se a **Metodologia da PME** explicasse a relação existente entre a fração de amostragem e o número de domicílios da amostra. Além disso, partindo do pressuposto de que a fração de amostragem é calculada em função do número de domicílios esperados na amostra, também não se explica o fato de que o número de domicílios entrevistados flutue ao longo da pesquisa. Apesar de não se dispor dos dados da Região Metropolitana de Porto Alegre, as variações encontradas – de maio de 1982 a janeiro de 1983 – para as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco servem para ilustrar a crítica levantada acima.

Quadro III

Domicílios esperados na amostra, domicílios entrevistados
e relação entre eles nas Regiões Metropolitanas de
São Paulo, Rio de Janeiro e Recife – maio/82-jan./83

ESPECIFICAÇÃO	SÃO PAULO		RIO DE JANEIRO		RECIFE	
	Número	Relação	Número	Relação	Número	Relação
Domicílios entrevistados						
Maio/82	7 509	91,2	7 804	91,7	4 709	85,7
Jun./82	7 466	90,7	7 715	90,7	4 752	86,4
Jul./82	7 311	88,8	7 640	89,8	4 939	84,8
Ago./82	7 385	89,7	7 634	89,7	4 877	88,7
Set./82	7 351	89,3	7 652	90,0	4 946	90,0
Out./82	7 522	91,4	7 646	89,9	4 995	90,9
Nov./82	7 713	93,7	7 705	90,6	4 928	89,6
Dez./82	7 676	93,3	7 639	89,8	4 894	89,0
Jan./83	7 685	93,4	7 626	89,7	4 878	88,7
Domicílios esperados na amostra	8 321	100%	8 506	100%	5 497	100%

⁵ “Cabe, ainda, observar que este processo de estimação, aliado ao fato de não ter sido atualizada a listagem, implica que as estimativas de total só medem as variações ocorridas nas unidades domiciliares listadas em 1978. Uma vez que não foram atualizadas as probabilidades de seleção das unidades de segundo estágio (unidades domiciliares), é esperado que as estimativas de total das características investigadas estejam subestimadas durante o período de janeiro de 1980 a janeiro de 1982”. Metodologia da PME (1983; p.26).

3 – Apreciação dos Resultados

Outro aspecto que torna a PME polêmica refere-se às controvérsias em torno das magnitudes das taxas de desemprego aberto, as quais, ultimamente, têm apresentado uma tendência declinante. Esse fenômeno pode ser analisado via desdobramento de dois conceitos, sejam eles: desocupação (ou taxa de desemprego aberto, como é conhecida oficialmente) e intervalo de confiança (o intervalo possível de variação das taxas). Para o IBGE, “desocupada” é toda pessoa com 10 anos ou mais⁶ que na semana de referência de sua pesquisa não tenha trabalhado e esteja efetivamente procurando trabalho. Neste caso, são considerados ocupados os trabalhadores que tenham realizado qualquer trabalho no período de referência (uma semana), ainda que esse trabalho seja um biscate (Souza, 1983; p.105). Esse fato tem reflexos peculiares sobre a taxa de desemprego aberto calculada pela PME no sentido de que ela pode eventualmente diminuir, ao mesmo tempo em que aumenta o desemprego dos que têm vínculo empregatício. Assim, por exemplo, o indivíduo que tenha perdido seu emprego no “setor formal”, mas esteja exercendo qualquer tipo de ocupação, mesmo que eventual, na semana de referência, não vai aparecer como desempregado, mas sim como ocupado. Desta forma, o desemprego no “setor formal” pode ter, inclusive, um efeito multiplicador na área da simples ocupação, uma vez que conduz a um ingresso adicional de pessoas no mercado de trabalho como ocupados (Souza, 1983; p.106). Isso por duas razões básicas: primeiro, porque para sobreviver em um país onde não existem mecanismos institucionais que garantam ao desempregado meios de sustento enquanto busca um novo emprego, os trabalhadores vêm-se na contingência de aceitar qualquer trabalho, exercendo atividades que, não raras vezes, estão longe de ser consideradas um emprego propriamente dito; em segundo lugar, como o contingente de desempregados do “setor formal” obtém, via de regra, ocupação de mais baixa remuneração no “setor informal” da economia, um maior número de membros da família é obrigado a ingressar no mercado de trabalho com o objetivo de recompor o nível de renda familiar perdido.

Somente considerando esses aspectos peculiares da realidade brasileira, é possível entender o declínio das taxas de desemprego aberto concomitantemente à queda no nível de emprego do “setor informal”.

A estranha alquimia do IBGE faz então com que desempregados do “setor formal” permaneçam na População Economicamente Ativa como ocupados, mesmo que desenvolvendo atividades instáveis e sub-remuneradas, ao mesmo tempo em que exclui da população ativa os “desalentados”, designação dada aos indivíduos que desistiram de procurar um novo emprego. Ambos os fatores, como se pode constatar, contribuem para diminuir a taxa de desemprego aberto, mascarando a real situação do emprego no País.

No que diz respeito ao intervalo de confiança, encontram-se na **Metodologia**

⁶ Para os dados divulgados, a idade de referência é de 15 anos ou mais.

da PME referências aos possíveis erros de amostragem inerentes às pesquisas que lidam com informações estimadas e levantadas a partir de um universo amostral ao invés de um levantamento exaustivo da população. Segundo a Metodologia, “tais erros são passíveis de cálculo, uma vez que são conhecidas as probabilidades de seleção dos elementos da população” (Metodologia da pesquisa mensal de emprego 1980, 1983; p.26).

Assim sendo, argumenta o IBGE, “o valor estimado deve sempre ser considerado em conjugação com um intervalo de confiança apropriado. Assim, muitas vezes o que aparenta ser um aumento ou uma diminuição, por exemplo, no índice de desemprego é, na realidade, uma flutuação aleatória nos resultados” (Metodologia da pesquisa mensal de emprego 1980, 1983; p.27).

Isto posto, cabe questionar o porquê da não-divulgação simultânea dos índices de desemprego e os respectivos intervalos de confiança em que se move esta taxa, bem como os índices de significância adotados para a elaboração deste intervalo e/ou sua variância. Se esse fosse o procedimento adotado pelo IBGE, seria possível perceber se houve uma variação aleatória ou realmente um declínio nas taxas. Isto é, poder-se-ia ter certeza em que mês a taxa efetivamente diminuiu e em que mês ela variou, rompendo assim a ilusão de que é improvável uma diminuição no número de desempregados a não ser que se criem novos empregos.

O argumento do IBGE a esse respeito, no entanto, é o de que tais reduções das taxas de desemprego se devem a meros problemas conjunturais. Levado ao extremo tal argumento, não será difícil atribuir a complexa problemática do emprego/desemprego a uma simples questão de sazonalidade do mercado de trabalho, fazendo com que de outubro a fevereiro se encontrem geralmente taxas declinantes e, ao contrário, de março a setembro, taxas ascendentes.

Para demover qualquer dúvida a respeito da sazonalidade do emprego urbano no Brasil basta montar uma série evolutiva, cobrindo todos os anos de vigência da PME. Comparando-se as taxas de desemprego aberto para as pessoas de 15 anos ou mais na Região Metropolitana de Porto Alegre, obtém-se o quadro que segue.

Quadro IV

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, desocupadas (desempregadas),
em relação à População Economicamente Ativa para a
Região Metropolitana de Porto Alegre – 1980/83

MESES	1980	1981	1982	1983
Ago.	4,89	6,48	5,55	7,79
Set.	4,77	5,89	5,01	7,32
Out.	4,42	5,20	4,64	7,14

Como se observa na série apresentada, ao se comparar mês a mês, no decorrer de cada ano, verifica-se, sem dúvida, uma “queda” nas taxas mensais de desemprego. Porém, se confrontadas ano a ano, constata-se uma evolução progressiva no desemprego que varia de 4,42% a 7,14%. Mesmo tomando-se o mês de abril de 1982 — quando então foram definitivamente implantadas as mudanças da PME e, conseqüentemente, subestimadas as taxas —, e comparando-o com o mês de abril de 1983, essa tendência de aumento nas taxas de desemprego é mantida, sendo em abril de 1982 de 5,95% e no ano seguinte de 7,08%.

A despeito dos artifícios utilizados, ainda se torna difícil encobrir a ascendência progressiva das taxas de desemprego. Portanto, embora levando em conta as mudanças de critérios introduzidas na pesquisa, é inegável que as mesmas extrapolaram os parâmetros da técnica. Fica óbvio, nesse caso, que não se está discutindo meras “tecnicidades”, pois realmente seria mais um “milagre” se a crise que assola o País não fosse acompanhada de um aumento nas taxas de desemprego.

Em síntese, a subestimação ou defasagem da PME para o período de janeiro de 1980 a janeiro de 1982 é inegável. A pesquisa, por se basear em dados desatualizados (PNAD-1978) e fazer uso de sincretismos metodológicos, já “nasce” com um “pecado original”. A “tentativa de batismo” realizada ou ritualizada nos meses de fevereiro, março e abril de 1982 não foi suficiente para tirar a pesquisa do “limbo” em que se encontrava; contribuiu, isto sim, para acrescentar, aos dois anos subestimados, mais três meses que “aguardam no purgatório uma purificação improvável”. Mantidos os atuais critérios, a PME dificilmente “alcançará o reino dos céus”.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — METODOLOGIA DE PESQUISA MENSAL DE EMPREGO 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
- 2 — SOUZA, Aguiar M.A. Desemprego: flagelo e desperdício da força de trabalho. In: SOUZA, Aguiar M. A. et alii. **Política salarial, desemprego e recessão; ditadura econômica versus democracia.** Rio de Janeiro, IBASE/CODECRI, 1983.